

## A AGRICULTURA URBANA CARIOCA EM MOVIMENTO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

### URBAN AGRICULTURE IN RIO DE JANEIRO ON THE MOVE: POTENTIAL AND CHALLENGES

Renan de Oliveira RODRIGUES<sup>1</sup>

Artigo recebido em 07/05/2020, aceito em 29/06/2021, publicado em 30/12/2021.

#### **Palavras-chave:**

Agricultura urbana;  
Rio de Janeiro;  
Rede Carioca de  
Agricultura Urbana;  
Ações coletivas.

#### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é tratar das potencialidades e dos desafios da Agricultura Urbana (AU) no município do Rio de Janeiro, além de buscar produzir um material que sistematize o processo de surgimento da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e de parte da sua atuação até o presente. O autor também busca trazer elementos que possam auxiliar na construção de uma agenda de ação e no fortalecimento da sociedade civil organizada nesse campo. Este trabalho é um convite à reflexão e um material para compreender este campo de luta na cidade do Rio de Janeiro.

#### **Keywords:**

Urban agriculture;  
Rio de Janeiro;  
Rio de Janeiro  
Urban Agriculture  
Network (Rede  
CAU);  
Collective actions.

#### **ABSTRACT**

The objective of this paper is to address the potential and challenges of Urban Agriculture (AU) in the city of Rio de Janeiro, in addition to seeking to produce a material that systematizes the process of emergence of the Rio de Janeiro Urban Agriculture Network (Rede CAU) and part of its performance to the present. The author also searches to bring elements that can help build an action agenda and strengthen organized civil society in this field. This paper is an invitation to reflection and material to understand this field of struggle in the city of Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Especialista pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPG-PUR), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRRJ). Professor de sociologia na educação básica.

## **1. INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é tratar das potencialidades e dos desafios da Agricultura Urbana (AU) no município do Rio de Janeiro, além de buscar ser um material para sistematizar o processo de surgimento da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e de parte da sua atuação até o presente. Vale destacar que já existem trabalhos acadêmicos que abordam direta ou indiretamente a AU carioca e a Rede CAU (Prado, 2012; Baptista, 2014; Maselli, 2015; Oliveira, 2016; Silva, 2017; Lima et al, 2019) e que a nossa intenção é também a de dar um passo na tentativa de colocar esses trabalhos em relação.

Este artigo é fruto da pesquisa do autor concluída em 2020 no curso de especialização Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais (CPUMS), do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPG-PUR), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Para tanto foi utilizado material bibliográfico. Importante destacar que o autor participa da Rede CAU desde 2015 e elaborou sua dissertação de mestrado, defendida em 2018, sobre a formação de uma agenda em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na cidade do Rio de Janeiro a partir da atuação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (Consea-Rio), pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Na realização da pesquisa de mestrado foram utilizados material bibliográfico, documentos elaborados pelo Conselho e entrevistas semiestruturadas.

De antemão é preciso entender que quando falamos em Agricultura Urbana (AU) e do que seria essa agricultura na cidade do Rio de Janeiro estamos falando de territórios diversos presentes na mesma cidade – Zona Oeste, Zona Norte, Zona Sul, Centro, asfalto, favela, condomínio, maciço, parque, floresta etc. Isso multiplica as possibilidades quando falamos das potencialidades e dos desafios e poderíamos mesmo falar de agriculturas, no plural.

Entendemos que plantar na cidade, defender um outro modelo de organização urbana, um outro modelo de produção de alimentos, de se relacionar, resistir, é tarefa muitas vezes árdua e essencial. Nesse sentido, muitas pessoas se organizam em coletivos para juntas disputarem o território, semear esperança e construir um novo lugar. A mobilização da sociedade civil é fundamental para superar os dramas impostos pelos modelos hegemônicos de agricultura, de organização da cidade, de distribuição de recursos sociais etc. É um debate e uma prática inserida no campo do direito à cidade.

Trataremos de algumas das organizações que fizeram parte do processo que culminou no surgimento da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Entendemos ainda que a Rede CAU surgiu a partir do acúmulo de uma série de iniciativas, das quais buscamos dar destaque ao maior número possível. Em seguida abordaremos algumas das suas atuações nos últimos anos.

Após o caminho descrito acima, vamos elencar as potencialidades e desafios da Agricultura Urbana carioca, tendo em mente a diversidade que existe quando se fala de AU na cidade do Rio de Janeiro. Este artigo é um convite à reflexão e um material para compreender este campo de luta. Nosso objetivo também é o de trazer elementos que possam auxiliar na construção de uma agenda de ação. Dificilmente daremos conta de todas as possibilidades, mas que este artigo seja um material que permita avanços futuros.

## **2. AGRICULTURA URBANA, A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O DIREITO À CIDADE**

A agricultura realizada no contexto urbano não é uma novidade. Ela é proveniente da estratégia de sobrevivência de indivíduos, famílias e diversas formas coletivas de existência e resistência. A urbanização aos moldes capitalistas afastou pouco a pouco as pessoas da prática da produção de alimentos. A agricultura, bem como a produção de plantas medicinais e a criação de animais, se encontra presente nas cidades tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização.

Historicamente, a cidade do Rio de Janeiro já teve consideráveis áreas onde predominavam as práticas de agricultura e que hoje estão urbanizadas de tal forma que é difícil até de imaginar que antes as pessoas utilizavam aquela parcela de terra para plantar. Temos que o adensamento urbano muitas vezes empurrou a prática agrícola para a sua margem. Mesmo assim as heranças agrícolas ainda se faziam presentes na urbe, tanto na manutenção dessa atividade, quanto nos conhecimentos que eram muitas vezes passados de geração em geração.

A Agricultura Urbana diz respeito a forma, a localização onde se produz e a relação estabelecida com a cidade. Mas seja no campo ou na cidade, a ideologia hegemônica/dominante do progresso e da modernização buscou convencer que o ambiente e o estilo de vida urbano era superior ao estilo de vida proporcionado pelo rural ou pelas práticas camponesas, mesmo que na urbe. Uma das consequências disso foi a invisibilização destes sujeitos. Quando não invisibilizava, essa ideologia depreciava o que se associava a tais sujeitos, como as feiras, e valorizava outras lógicas tidas como mais modernas, como os supermercados. Inclusive, essas formas de comercialização tidas como mais modernas têm relação com as mudanças ocorridas nas formas de produção, dado que o capitalismo agrário modificou o sistema produtivo e a competição no mercado.

Destacamos que mesmo com seu enorme potencial transformador a AU pode ser assimilada pela lógica neoliberal: na manutenção de áreas verdes visando o consumo das mesmas, sob o entendimento da cidade enquanto mercadoria; na reprodução de estruturas sociais de racismo e de outras formas de opressão, como as relacionadas a gênero e classe; na ilusão fetichista que leva a não englobar na agenda de luta que o custo real da força de trabalho precisa ser elevado (bem como medidas de proteção social precisam ser ampliadas) para além da prática da Agricultura Urbana; em práticas excludentes de

comercialização; na promoção de uma competitividade aos moldes neoliberais; na valorização da propriedade privada para a geração de “autonomia” em detrimento de modelos comunitários/de uso comum (McClintock & Darly, 2017; McClintock, 2017). Outro ponto que vale destacar é que a invisibilização da AU e dos(as) agricultores(as) urbanos varia em grau conforme o território em questão, bem como de acordo com os sujeitos envolvidos, comumente reproduzindo desigualdades de uma sociedade de classes, patriarcal e racista.

Focando agora na cidade do Rio de Janeiro, certamente um ponto de inflexão foi a primeira gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996), que realizou uma série de políticas de intervenção urbana. O planejamento urbano hegemônico hoje em dia teve aí passos fundamentais<sup>2</sup>. Nesse momento começou a se investir fortemente na constituição do Rio de Janeiro como uma cidade empresa, um modelo de cidade construído pelo e para o mercado, que viria a ser erguido no escopo das políticas de exceção e da ilegalidade (Vainer, 2014). Para Carlos Vainer (2014), tratou-se da consolidação da primazia do mercado, produto da ofensiva neoliberal.

Anos mais tarde a cidade veio a ser sede de megaeventos – Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos (2007), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) – e as remoções em larga escala voltaram à ordem do dia. Os movimentos em Agricultura Urbana enfrentaram e ainda enfrentam o desafio de encarar os agentes da especulação imobiliária, os “donos do Rio” e seus aliados – o que inclui agentes estatais com grande poder de decisão. Pandolfi e Espírito Santo (2014) expõem que os megaeventos não inauguraram uma dinâmica nova nas cidades brasileiras,

eles apenas intensificam uma “febre” sempre presente que tem como causador o grande capital urbano (incorporadoras, construtoras, empreiteiras, o latifúndio urbano, a especulação imobiliária, a indústria automobilística). (Pandolfi & Espírito Santo, 2014, p. 160).

As distintas dinâmicas que constituíram o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro foram minando a agricultura local, empurrando-a, repelindo-a, para as margens da urbe. A população mais pobre/empobrecida – em maioria negra – esteve sempre no centro desse processo, sendo igualmente repelida às margens da urbe – física e simbolicamente – buscando refúgio em áreas que, ao menos ainda, não eram alvo privilegiado da especulação imobiliária e em ocupações irregulares erguidas em novas frentes

---

<sup>2</sup> “Em 22 de novembro de 1993, a Prefeitura do Rio de Janeiro firmava com a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (FIRJAN) um acordo para a promoção do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ). Em 4 de fevereiro de 1994, 46 empresas e associações empresariais instauraram o Consórcio Mantenedor do PECRJ, garantindo recursos para o financiamento das atividades e, particularmente, para contratação de uma empresa consultora catalã, de profissionais que iriam assumir a Direção Executiva do Plano e de outros consultores privados. Em 31 de outubro do mesmo ano, em sessão solene, é instalado o Conselho de Cidade – ‘instância maior do Plano Estratégico da Cidade do Rio do Janeiro’, segundo os termos constantes do convite assinado triplicemente pelos Presidentes da ACRJ, da FIRJAN e pelo Prefeito” (Vainer, 2000, p. 106 apud Vainer, 2014, p. 1).

de expansão. Muitas vezes o novo lugar de moradia era acompanhado da incerteza quanto a posse da propriedade, o que tornava a insegurança um sentimento permanente.

A história do Rio de Janeiro, em nossa visão, não pode ser dissociada de uma história de remoções, de práticas autoritárias, violentas e de favorecimento de interesses corporativos e clientelísticos. Como nos traz Maricato (2003, p. 151),

o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei.

Concluimos esta seção falando brevemente sobre o direito à cidade e da luta pelo exercício de tal direito. Segundo Harvey (2014, p. 30), “as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção”, portanto se faz fundamental para os movimentos de oposição à lógica hegemônica a exigência de “maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente” (Harvey, 2014, p. 61). Isso implica em desafios enormes, ainda mais num país extremamente desigual, com um passado e um presente de violências e de características tão autoritárias como o Brasil. Dessa forma, a luta pelo direito à cidade no município do Rio de Janeiro é desafiadora e recorrentemente perigosa. Desafiadora porque as práticas locais antidemocráticas prevalecem e perigosa porque a violência é recurso largamente utilizado como forma de silenciamento.

Segundo Harvey, no neoliberalismo foram criados

novos sistemas de governança que integram os interesses do Estado e das corporações, e, pela aplicação do poder do dinheiro, asseguram que esse controle sobre o desembolso do excedente por meio de aparelho estatal favoreça o capital corporativo e as classes altas na configuração do processo urbano (Harvey, 2014, p. 62).

Neste modelo de governança neoliberal se estabelece um conflito, de um lado estão os(as) excluídos(as) do direito à cidade, do direito de mudar a cidade de acordo com os seus desejos, e do outro, uma pequena elite política e econômica que tem em mãos o poder de moldar a cidade conforme seus desejos e necessidades particulares. Assim, o direito à cidade se configura em luta e fundamenta a busca por uma maior qualidade de vida, no sentido mais coletivo do que individual, enfrentando os desafios de uma urbanização aos moldes capitalistas, que torna o acesso a serviços urbanos dependentes principalmente de dinheiro já que foram transformados em mercadorias (Harvey, 2014).

### **3. MOBILIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

A história destas terras também é uma história de resistência. A luta pelo acesso ao alimento de qualidade, pelo direito ao acesso à terra, pelo direito de plantar, são também lutas pela vida. Essas lutas vêm

de muito tempo e estão fortemente conectadas com a cidade. Falar de agricultura e resistência é falar de autonomia. Essa conexão está na luta dos povos indígenas, da população negra, das mulheres e dos pobres.

No final do período da ditadura militar (1964-1985) uma série de ações coletivas emergiam e outras tantas voltavam a ganhar corpo. Passava-se a vislumbrar uma sociedade democrática. Ao mesmo tempo voltavam do exílio figuras importantíssimas no campo político e social. Com as amarras do autoritário regime ditatorial mais folgadas, a sociedade civil se organizava e se movimentava com mais facilidade.

A elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF/88) significou um marco. Sua elaboração contou com ampla mobilização da sociedade civil. Ela significou avanços, como, por exemplo, no campo das políticas de participação social. A CF/88 também colocou o município como ente federativo e responsável pela política urbana. Era a primeira vez que a Constituição Federal brasileira trazia um capítulo sobre a questão urbana.

Outras políticas públicas e práticas políticas do nosso interesse para este artigo foram sendo formuladas. O estatuto da cidade, promulgado em 2001, definiu que os municípios com população acima de 20 mil pessoas deviam ter um Plano Diretor. As políticas de participação ganhavam cada vez mais espaço e surgia para os movimentos sociais e outras ações coletivas a interrogação de agir com o Estado, através do Estado ou de maneira autônoma (ou mesmo tentando relacionar ou intercalar essas diferentes formas).

Escolhemos, para dar continuidade ao artigo, tratar de algumas ações coletivas que consideramos interessantes para ser o pontapé inicial para o amadurecimento do debate em Agricultura Urbana na cidade do Rio de Janeiro. Focamos nos primeiros passos de tais ações coletivas e buscamos elencar aspectos que sirvam de base para as problematizações que faremos mais ao final deste texto. A ordem na qual as abordamos se deu conforme o começo de suas atuações no território.

### **3.1 Roda Viva e a Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata (AGROPRATA)**

A Associação Projeto Roda Viva foi criada por professores no ano de 1986. No seu eixo de ação temos práticas voltadas para a educação integral, a cidadania plena e o desenvolvimento comunitário. Essa organização fez durante a década de 1990 uma série de ações ambientais. Destacamos que a Associação Roda Viva em 1997 fazia parte da coordenação nacional da Rede Brasileira de Educação Ambiental, que por sua vez foi formada no contexto de preparação para o Rio-92 (Brasil, 1998).

A Associação atuou num projeto (2001-2003) que teve como intenção a conversão da agricultura realizada no Rio da Prata (Campo Grande), da convencional para a orgânica, além de estimular as ideias de preservação ambiental e da própria saúde dos(as) agricultores(as). Foi um projeto chamado de *Desenvolvimento Sustentável na comunidade rural do Rio da Prata* e que teve financiamento da União Europeia. Durante esse período foram realizadas muitas ações: oficinas, reuniões periódicas, visitas a outras regiões de plantio, a associações e a institutos de pesquisa etc. (Prado, 2012, p. 58-60).

Foi neste contexto que surgiu em 2002 no Rio da Prata a Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca. Os agricultores locais já realizavam uma feira na região daquilo que produziam. Acreditamos que o projeto Roda Viva fortaleceu uma relação já existente, auxiliando agricultores e agricultoras a traçar novas formas de organização. Aqui já se apresenta a importância da relação entre ações coletivas e movimentos sociais na possibilidade de gerar novos entendimentos e práticas.

### 3.2 Verdejar Socioambiental

Desde 1997 a ONG Verdejar Socioambiental atua no Maciço da Serra da Misericórdia e nas comunidades do seu entorno – destacadamente o Complexo da Penha e do Alemão, Zona Norte da cidade. Hoje o Verdejar atua sobre quatro eixos: 1. Permacultura e Justiça Ambiental; 2. Agroecologia Urbana; 3. Cultura e meio ambiente; 4. Educação para sustentabilidade. Pessoa central para o surgimento e manutenção desse movimento foi Luiz Carlos Martins (1957-2011), o Luiz Poeta.

Em 1999 foi realizado o I Seminário da Serra da Misericórdia, mobilizando diversos movimentos que atuavam na região. Buscava-se ampliar o entendimento da importância da Serra para a qualidade de vida das pessoas. Nesse mesmo ano, a ONG Verdejar criou na Comunidade Sérgio Silva a “horta e o horto comunitário Chico Mendes” e conseguiu impedir os grileiros que haviam se apossado de terras ilegalmente na Comunidade de construir ali um condomínio de classe média (Arruda, 2011). No ano seguinte a Serra se tornou uma Unidade de Conservação (UC). Em 2001 foi realizado o II Seminário da Serra da Misericórdia de onde saíram 26 propostas que não foram levadas adiante por parte do poder público. Com o tempo os movimentos ambientalistas da região foram se extenuando. Em 2005 ocorreu uma aproximação com a ONG AS-PTA, com o Grupo de Agroecologia Orgânica (GAE) e a intensificação na participação em eventos nacionais de agroecologia e troca/intercâmbio de experiências (Silva, 2017, p. 74). Em 2006 foi criado o Parque Municipal da Serra da Misericórdia, “para a surpresa de representantes da Lafarge<sup>3</sup>, do Verdejar, e da SMAC [Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conservação], pois trata-se de uma UC de Proteção Integral, ou seja, que proíbe a presença de humanos em seu interior” (Guia, 2016, p. 144).

Membros da ONG Verdejar Socioambiental muitas vezes buscaram dialogar para que as áreas verdes da Serra da Misericórdia não fossem ocupadas de forma indiscriminada. Existem aí dificuldades enormes porque se compreende que há uma real necessidade por moradia na cidade. Agrava ainda mais a situação a presença do crime organizado e a atuação violenta da polícia militar do estado nas favelas

---

<sup>3</sup> Temos na Serra da Misericórdia algumas pedreiras. Em 2001 tínhamos na Serra cerca de 10 empreendimentos do tipo. Quando Eric da Guia (2016) escreveu o seu artigo haviam 3 empresas de mineração em funcionamento: Lafarge S.A., Anhanguera S.A. e a Sociedade Nacional de Engenharia e Construções Ltda. As atividades dessas empresas impactam diretamente os moradores do entorno, seja afetando a qualidade do ar, seja degradando os imóveis (dadas as constantes explosões).

cariocas. Aproveitamos para destacar a presença e o poder ordenador dos territórios por parte do crime organizado na cidade, seja o tráfico de drogas, seja a milícia.

Ainda hoje o Verdejar realiza regularmente oficinas sobre práticas permaculturais e agroecológicas, bem como mutirões para plantios. Em 2019 eles inauguraram na comunidade Sérgio Silva uma feira, “um espaço de consumo e sociabilidade”, “que tem sedimentado novas formas de comunicação pela Serra da Misericórdia” (Morelato, 2020, p. 52).

### 3.3 AS-PTA (Assessoria e Agricultura Alternativa)

A partir de 1999 a ONG de assessoria técnica AS-PTA começou a atuar na cidade do Rio de Janeiro objetivando desenvolver práticas agrícolas alternativas (principalmente as agroecológicas), destacadamente em regiões com pessoas em condições de vulnerabilidade social, como nas periferias da cidade<sup>4</sup>.

Uma das primeiras atuações da AS-PTA na cidade foi o trabalho no loteamento Ana Gonzaga, localizado no bairro de Campo Grande (Inhoaíba). A aproximação com o loteamento deu-se inicialmente através do Instituto Metodista Ana Gonzaga (IMAG) e deveu-se muito ao desenvolvimento de um projeto em 2001, chamado Aprender Fazendo, feito em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e a Associação de Moradores.

Foi realizado pela AS-PTA um diagnóstico participativo sobre o loteamento, no qual consta que existiam várias organizações atuantes. Dentre as pautas de luta estavam a regularização dos lotes e o acesso a serviços (água, transporte, iluminação, coleta de lixo etc.). Com o tempo formou-se no loteamento uma Rede Comunitária, composta pela AS-PTA, a Associação de Moradores, agentes de participação comunitária, representantes de quadras, agentes de Saúde, igrejas, técnicos da obra de urbanização da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), a Coordenadoria Regional da SMDS, a Coordenação do Programa Morar Legal e o Núcleo de Atenção à Violência Doméstica (NAV) (Lunardi & Mendonça, 2003).

A AS-PTA continuou atuando na cidade do Rio de Janeiro nos anos seguintes através do seu Programa de Agricultura Urbana e Periurbana. Destacamos a sua capacidade de pôr diferentes frentes em relação. Ela conduziu e vem conduzindo vários Programas, como o Semeando Agroecologia (2011), o Alimentos Saudáveis nos Mercados Locais (2013) e o Produtos da gente (2014 até o presente), para citar alguns. Até hoje a AS-PTA tem importante papel na mobilização da sociedade civil no que diz respeito a

---

<sup>4</sup> Nessas comunidades são observados elevados índices de desemprego e subemprego, além de sérias carências de serviços básicos. A vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional é uma característica que se manifesta de forma recorrente em meio às famílias, o que se deve à combinação de dois fatores interdependentes: a dificuldade de acesso aos alimentos, em razão dos baixos níveis de renda familiar, e a tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que prevalece a baixa qualidade nutricional das dietas, em geral carentes de vitaminas e sais minerais (Monteiro & Mendonça, 2004, p. 29).

promoção da AU de base agroecológica. Ela auxilia, por exemplo, na produção, certificação e comercialização de gêneros alimentícios, na organização de alguns territórios e feiras.

### **3.4 PROFITO e a Associação de agricultores de Vargem Grande (AGROVARGEM)**

O Projeto de Plantas Medicinais do Entorno do Parque Estadual da Pedra Branca (Profito) visava a geração de renda através da produção e comercialização de plantas medicinais para uso fitoterápico. Foi “idealizado em 2006 no âmbito da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos do Instituto Farmanguinhos [é uma unidade da Fiocruz]” (Prado, 2012, p. 58). Sua criação foi no contexto de dois marcos legais do mesmo ano: a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Esse Projeto teve inicialmente duas parcerias importantes, a Agroprata e a Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (ALCRI).

Segundo Baptista (2014), o Profito se organizou no território através de uma gestão participativa, incentivando a organização popular e sendo capaz de articular os agricultores locais (e de outros municípios da baixada fluminense) junto a pesquisadores e especialistas em plantas medicinais. Com o andar do projeto mostrou-se de suma importância articular o conhecimento dos acadêmicos com o dos moradores. A busca por uma gestão participativa é algo muito interessante, pois evidencia um esforço em quebrar possíveis barreiras que o campo simbólico cria muitas vezes mesmo sem a intenção das pessoas envolvidas. Ainda segundo Baptista (2014, p. 23), no âmbito do Profito se demonstrou que a agricultura feita na metrópole carioca “é uma agricultura ameaçada”, até porque “muitos agricultores vivem sem documentação, sem segurança da posse da terra”. Outra dificuldade ressaltada pelos moradores que participaram do Programa foi que “todos os produtos comercializáveis do Profito esbarram em legislações restritivas. [...] Desde a produção de mudas aos sachês e sabonetes todos tem dificuldades legais para se inserir nos mercados” (Baptista, 2014, p. 130).

Da gestão participativa tivemos um forte engajamento político por parte dos(as) agricultores(as). Inclusive, no que diz respeito a como proceder para ter o reconhecimento estatal de que eram agricultores(as) – o que teve como consequência anos mais tarde a realização de um mutirão para obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Tal contexto mobilizou para a criação da Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM) no mês de dezembro de 2007 (Baptista, 2014).

## **4. A REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA (REDE CAU)**

### **4.1 O surgimento**

Deve-se o surgimento da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) principalmente a um acúmulo de práticas e relações de setores da sociedade civil organizada. Mas, nos parece que algumas

mudanças no cenário político-institucional a partir de 2003, principalmente com as mudanças no Poder Federal, foram importantes para o cenário que vimos construindo. A partir desse período surgiram políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Fome Zero (PFZ), foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Nacional) foi reativado – seguido pela criação dos Conseas estadual e municipal do Rio de Janeiro –, foi criada a Lei federal nº 10.831/03 que rege a agricultura orgânica no Brasil. Se potencializaram as políticas de participação, aumentou a frequência da realização de Conferências. Em 2006 tivemos a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e em 2009 a obrigatoriedade de as compras dos gêneros alimentícios respeitarem que pelo menos 30% dos produtos adquiridos deveriam ser da agricultura familiar. Bom frisar que de forma alguma os marcos legais estão dissociados da atuação da sociedade civil, que seguia impondo suas demandas.

Determinadas conjunturas político-institucionais podem facilitar as articulações e mesmo a organização da sociedade civil. O que não significa que os desafios foram eliminados ou mesmo facilitados. O que tivemos foi uma outra dinâmica. Enquanto o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente do Poder Executivo Federal o agronegócio (e todo o pacote que vem junto) prosperou e se fortaleceu largamente, mas, a nível de comparação, os recentes governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro nos mostraram o quanto a dinâmica poderia ser desfavorável aos grupos contra-hegemônicos.

No nível institucional municipal, para mostrar que havia algum movimento no sentido de se pensar AU, tivemos em 2005 a criação da Assessoria Especial de Agricultura Familiar, subordinada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) – essa política foi posta pelos gestores no texto do Decreto (nº 25.788) como consequência da Política Nacional de Segurança Alimentar e também como resultante do incentivo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a promoção da agricultura familiar e das compras locais de alimentos. Em 2005 ainda, houve o I Seminário de Agricultura Urbana e Periurbana, que foi relatado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) – que poucos anos mais tarde foi extinto. Em 2006 começou o Projeto Hortas Cariocas, no qual a Secretaria de Meio Ambiente e Conservação (SMAC) buscou estimular a prática da agricultura na cidade do Rio de Janeiro.

A AS-PTA, por sua vez, visando pôr em relação diferentes frentes de atuação em agricultura no município, organizou em 2007 o Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (EEASC). Buscou-se também mapear experiências de AU. Soma-se a isso intercâmbios diversos, como o I e II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e o I Encontro Metropolitano de Agroecologia (EMA), no qual as pessoas envolvidas com o tema começavam a ver de forma mais concreta a possibilidade de formação de uma Rede. É importante destacar que outras organizações do tipo já existiam no Brasil, como há mais de três décadas em Minas Gerais, e que também serviram de inspiração.

A ideia de construir uma Rede significava colocar diferentes frentes de luta em conexão, segundo alguns princípios. A agroecologia estava dentro e ao mesmo tempo orientava a construção quanto a esses princípios. Os movimentos que vimos destacando até o momento foram cruciais para o surgimento no ano de 2009 da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), agregando ainda diferentes associações, organizações, movimentos sociais, centros de pesquisa, colaboradores(as), dentre outros. Buscava-se valorizar a agricultura local e para isso foi preciso encampar em muitas frentes de atuação. Da construção de feiras ao embate ideológico, passado pela luta de se estabelecer marcos legais e ingressar em políticas públicas. Hoje, a Rede CAU é formada por mais de 30 coletivos e está vinculada ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

Em 2014 a Rede CAU lançou uma Carta (REDE CAU, 2014) com os seus princípios, são eles: 1. Garantir a identidade dos(as) agricultores; 2. Agroecologia, tradicionalidade e bem viver; 3. Sociobiodiversidade; 4. Descentralização; 5. Valorização dos territórios e das experiências; 6. Respeito ao alimento e a quem produz; 7. Prática da Economia Solidária e Agricultura Urbana Agroecológica como expressão dos saberes tradicionais; 8. Fazer agricultura é (re)existir; 9. Direito à cidade; 10. Protagonismo das mulheres; 11. Direito das crianças, adolescentes e jovens; 12. Participação política.

#### **4.2 Luta pela DAP, questionamentos ao Plano Diretor e a defesa por uma outra cidade**

Para acessar políticas públicas de venda institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), os(as) agricultores(as) deveriam ter um documento: a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Uma ação importante da Rede CAU nos seus anos iniciais foi a realização de mutirões para a retirada de DAPs.

A DAP era mais do que um documento que permitiria a venda institucionalizada – o que implicava numa ampliação no que diz respeito ao acesso a mercados. Ela era uma espécie de identidade do(a) agricultor(a), significava seu reconhecimento. Durante o processo de mutirão pode-se ver como o fato de estar num território urbanizado era posto como empecilho para a emissão do documento (Prado, 2012; Maselli, 2015; Oliveira, 2016; Silva, 2017).

Recorreu-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que argumentou que “não era possível emitir DAP a agricultores/as no interior de Parque Estadual da Pedra Branca visto que, a legislação ambiental não permite moradores dentro dos limites do Parque” e que o “Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro diz que o solo é 100% urbano e segundo as normas do Manual do Crédito Rural, inviabilizaria a DAP para agricultores/as nesta situação” (Silva, 2017, p. 89).

É comum que se aponte o empecilho estabelecido pelo Plano Diretor (Lei nº 111/2011) ao tratar a cidade do Rio de Janeiro como eminentemente urbana (Prado, 2012; Maselli, 2015; Oliveira, 2016; Silva, 2017). O Plano Diretor do Rio de Janeiro, em seu artigo 13º caracteriza o território da cidade “como integralmente urbano, mesmo que reconhecendo a existência de áreas destinadas a atividades agrícolas” (Lei nº 111/2011). Temos ainda do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro outros artigos (70º, 161º, 248º) que versam sobre práticas agrícolas. O Plano Diretor mostra não apenas certa dose de contradição entre o corpo da lei e o que põem os agentes do poder público e governamental, mas também evidencia que existem brechas que permitem seguir por rumos diversos a depender dos interesses dos agentes e grupos dotados da capacidade de decisão quanto ao desenvolvimento urbano.

Em 2012 conseguiu-se a emissão de 3 DAPs para agricultores da Agrovargem. Em setembro do mesmo ano foi realizada a primeira venda institucional através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A expectativa era de que as vendas fossem em volume cada vez maior. O que seria um estímulo para os(as) agricultores(as) expandirem suas produções. No caso do PNAE acrescenta-se ainda o potencial ao se estimular a relação entre a produção local e escolas vizinhas – o que abriria um campo de possibilidades no referente as relações sociais e pedagógicas. Não tardou para que aparecessem novos empecilhos quanto as vendas institucionais, tais como burocracias, falta de entendimento sobre a sazonalidade da produção e mesmo dificuldade na hora de receber o pagamento das entregas.

Em 2013 foi realizada a Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro. Um importante momento de intercâmbio e trocas de experiência. No ano seguinte, a Rede CAU conseguiu ter delegados para o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), onde se articulou com outras frentes de luta em Agricultura Urbana no país para a realização do I Seminário Nacional de Agricultura Urbana. Daí também resultou a criação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU). Os movimentos de AU sob a bandeira do direito à cidade organizaram em 2015 o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU), em outubro, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O ENAU foi organizado pelo CNAU e com apoio da ANA e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBBSAN) (Silva, 2017, 99-100).

No ENAU foi forte a discussão sobre a questão da DAP (ENAU, 2015), pois algumas DAPs simplesmente haviam desaparecido do sistema do MDA. Dentre elas, destaca-se o sumiço da DAP de um agricultor de Vargem Grande que era no momento presidente do Consea-Rio. O ENAU significou uma convergência de frentes de AU no país e ao mesmo tempo uma afirmação para a AU carioca.

É preciso destacar que a atuação da Rede CAU em espaços participativos, de controle social, como o Consea-Rio, também objetivavam compreender a forma de operar da Prefeitura e conseguir construir/fortalecer políticas públicas de Agricultura Urbana e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Podemos mesmo falar que a participação no Conselho permitiu alguns avanços, como a criação da Frente

Parlamentar em Segurança Alimentar e Agricultura Urbana na Câmara dos Vereadores, em 2017, o retorno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (LOSAN-Rio), em 2018.

Dentre as reivindicações da Rede CAU nos espaços de controle social destacamos a de alterar a redação do Plano Diretor da cidade, sendo preciso enfatizar a existência oficial de áreas agrícolas na cidade do Rio de Janeiro, de forma a garantir o reconhecimento político e a permanência dos(as) agricultores(as) em suas terras para a prática agrícola (Maselli, 2015, p. 28). Consta ainda do relatório da I Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural, em 2019, a necessidade de o Plano Diretor reconhecer e valorizar a agricultura na cidade (o mesmo para outros instrumentos urbanísticos, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Plano de Estruturação Urbana).

Tivemos ainda a forte articulação criada na contestação do Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens. A Rede CAU esteve inserida com protagonismo na formação de um Plano Popular das Vargens, que se opunha as políticas de remoção, lutava-se por regularização fundiária, acesso a serviços básicos, urbanização condicionada a qualidade de vida, incentivo à produção de alimentos e o fortalecimento das experiências já existentes etc. (Lima et al, 2019). Nesse sentido, a Rede CAU mostrava sua disposição em disputar o Planejamento Urbano imposto pelos governos locais.

Dessa forma, a Rede CAU conjuntamente com a APP [Articulação do Plano Popular] das Vargens foi fundamental para o arquivamento das legislações e arrefecimento das intervenções do Estado em prol do capital imobiliário, além de visibilizar a AU enquanto pauta necessária no que tange às disputas urbanas e o que se compreende como o direito à cidade. (Lima et al, 2019, p. 331).

### 4.3 Mercados

A DAP permitia a venda institucionalizada, mas mesmo com o documento muitas barreiras foram sendo impostas. Em 2015 estivemos numa Rodada de Negócios para compras da Prefeitura pelo PNAE, o Fornece Rio, onde os representantes governamentais colocaram que as compras seriam feitas somente de DAPs jurídicas. Isso excluía boa parte dos agricultores do estado e todos os agricultores do município, que possuíam apenas DAP física.

Por outro lado, as feiras sempre foram um espaço privilegiado para a comercialização dos alimentos produzidos. Alguns agricultores que hoje estão na Rede CAU já participavam de feiras livres. Um importante passo dado foi a certificação sobre a produção desses agricultores:

o trabalho em conjunto com a AS-PTA e a Abio levou à criação do SPG [Sistema Participativo de Garantia] da Rede Carioca de Agricultura Urbana e à criação da Feira Agroecológica da Freguesia (FAFRE). Esse processo criou condições para participação

dos agricultores da Agrovargem no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas<sup>5</sup> (Mattos et al., 2017, p. 46).

Com a Rede CAU tendo seu próprio SPG foi possível que os agricultores e agricultoras da cidade se organizassem para certificar as roças e até mesmo quintais na cidade onde têm-se produção de alimentos para a comercialização.

É de grande relevância a possibilidade de construir uma feira orientada pelos seus próprios princípios. A primeira feira organizada pela Rede CAU (como parceria para a construção podemos destacar a AS-PTA, a Fiocruz, a ABIO e a Rede Ecológica) foi a Feira Agroecológica da Freguesia, em 2013, com o apoio da Associação dos Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF). Na sequência vieram em março de 2016 a Feira da Roça de Vargem Grande – fundamentalmente organizada por agricultores(as) da região e pela AGROVARGEM – e em 2017 a feira da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – articulada conjuntamente com o Instituto de Nutrição dessa universidade.

As feiras significam a possibilidade de intervenção e ocupação do espaço público. É um espaço de troca, de múltiplas interações, de sociabilidade e que ultrapassa em largo a relação estritamente comercial. Com as feiras se ocupavam as ruas, praças e universidades, permitindo a ampliação das pautas sobre a importância da AU e da agroecologia. Tem ainda a troca estabelecida pelos(as) feirantes e como isso estimulava o processo de visitação das experiências promovidas por eles.

Além das feiras tínhamos e ainda temos outras modalidades utilizadas para a comercialização, como em pequenas bancas perto das áreas de plantio e na venda para grupos de consumidores(as). No sentido da comercialização a grupos de consumidores(as), destacamos o papel da Rede Ecológica, que existe na cidade desde 2001 e que possui como premissas a relação direta com quem produz e a produção de base agroecológica. Inclusive, a Rede Ecológica, através da parceria da Rede CAU, a partir de 2012 passou a organizar todos os anos um evento chamado Tira-Caqui – evento que acontece todo dia 21 de abril, no Maciço da Pedra Branca, intercalando um ano na vertente do Rio da Prata e no outro na vertente de Vargem Grande – no qual as pessoas podem visitar as roças e auxiliar na colheita de caqui, dessa forma os visitantes aprendem, conhecem os locais de plantio e as pessoas que trabalham nessa atividade.

## 5. POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA AGRICULTURA URBANA CARIOCA

Com o que vimos tratando já temos um bom material para abordar as potencialidades e os desafios encarados na cidade do Rio de Janeiro pela Agricultura Urbana. Este artigo não esgota tais méritos,

---

<sup>5</sup> O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) foi uma iniciativa da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) junto a ABIO – e apoio do Consea-Rio e da Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPOrg) – para a construção de feiras na cidade do Rio de Janeiro que comercializassem alimentos orgânicos. Hoje o CCFO tem 9 feiras pela cidade: 5 na Zona Sul (Flamengo, Botafogo, Leme, Gávea e Laranjeiras), 3 na Zona Norte (Tijuca, Grajaú e Olaria), 1 no Centro (Cidade Nova). Chama atenção a ausência de feiras na Zona Oeste como parte do Circuito.

tampouco a abrangência da atuação da Rede CAU. Muito menos queremos determinar caminhos a serem traçados, visamos sim evidenciar pontos que nos parecem relevantes para refletir conjuntamente.

Pensar em AU pode levar a uma reflexão sobre o modelo de cidade que se quer. A agricultura local pode propiciar circuitos curtos de produção, estimular a autonomia e a cooperação, integrar as pessoas social e culturalmente, alimentar uma nova forma de se relacionar com a natureza e com o território. Pode ainda fortalecer as lutas por alimentação saudável, do acesso das pessoas ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), do combate aos agrotóxicos, da educação alimentar, da luta pela terra.

A luta para tirar os agricultores urbanos da invisibilidade pode implicar em ganhos também para o movimento no campo, para a manutenção da biodiversidade, preservação do meio ambiente e práticas sustentáveis (não apenas no campo da agricultura). A Agricultura Urbana e a agroecologia oferecem ao território urbanizado debates que muitos outros movimentos e pessoas não teriam condições de acessar, ajudando na construção coletiva de um ideal de cidade. A AU traz consigo a mensagem de que outros modos de vida são possíveis.

A valorização de conhecimentos adquirido por meio da vivência e muitas vezes transmitidos de geração em geração é fundamental. Isso não implica na desvalorização do conhecimento técnico e científico. Por sua vez, é preciso que se valorize os conhecimentos e práticas dos povos originários, tradicionais, caiçaras e quilombolas. E é necessário que se reconheça – para que se possa agir no sentido de mudança – que o racismo se reproduz de muitas formas, como no embranquecimento de espaços quando estes se tornam valorizados – nas dimensões de capital econômico, social e cultural. O mesmo ocorre sobre a valorização de certos saberes e práticas quando se tornam embranquecidos.

Algumas potencialidades são provenientes da luta territorializada. A mobilização e a possibilidade de formação de diferentes organizações políticas comunitárias nos parecem gerar avanços em múltiplos aspectos, como por exemplo, o de pôr na lógica das disputas políticas em questão pessoas que se viam à margem desses processos. Acreditamos que isso fortalece a democracia e torna os próprios movimentos mais plurais. Outra potencialidade está relacionada com a capacidade de fazer pressão, de interferir nos processos decisórios e de criar ou modificar políticas públicas. Nesse caso, estar em colegiados como os conselhos gestores, se mostra importante, pois permite uma série de novas relações que podem facilitar o acesso à informação, a capacidade de pressão e a forma como se organizar. No mais, “uma complementaridade ação direta/conselhos nos permite, em última análise, identificar os limites de ação do poder executivo contra o poder econômico e traçar estratégias de luta para superá-los” (Pandolfi & Espírito Santo, 2014, p. 184).

As discussões de opressões de gênero estão muito presentes na luta da agroecologia e da Agricultura Urbana carioca. A Rede CAU, por exemplo, tem o Grupo de Trabalho (GT) Mulheres e a Roda de

Mulheres, onde elas se encontram periodicamente. A parceria com a ONG Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) foi extremamente importante nesse ponto. O fortalecimento desse debate é fundamental em qualquer cenário, ainda mais numa cidade onde a violência de gênero é a realidade. Destacamos que nos movimentos urbanos em agricultura e agroecologia no Rio de Janeiro a participação feminina é majoritária.

Acreditamos que seja importante ressaltar o caráter pedagógico dos movimentos sociais e ações coletivas. Eles estão inseridos na lógica educativa. Ingressar num coletivo, como os mencionados ao longo do artigo, é encontrar um mundo formado constantemente pelo processo de ensino-aprendizagem. Chamo atenção para movimentos como o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM) e a Fundação Angélica Goulart, em Pedra de Guaratiba, que não foram citados ao longo do texto, mas que possuem especial importância na formação de jovens e de moradores das regiões onde atuam.

A agricultura urbana se mostra dotada da capacidade de ser uma fonte de renda extremamente importante para os agricultores e agricultoras da cidade. Temos que ao mesmo tempo em que se pode gerar renda, pode-se ressignificar o entendimento sobre os mercados. As relações de troca são fundamentalmente relações sociais. As feiras e o contato direto com o(a) agricultor(a) podem ajudar na compreensão da alienação presente nas muitas relações que estabelecemos enquanto consumidores.

Ressaltar o valor e a importância dos movimentos sociais e ações coletivas no atual cenário (municipal, estadual e nacional) nos parece extremamente importante. O presente se mostra difícil para coletivos e práticas contra-hegemônicas – nesse sentido deve-se aprender com a história e construir estratégias que permitam resistir e avançar. Como vimos, a presença e atuação de diferentes formas de ação coletiva foram e são importantes na construção da agenda em Agricultura Urbana e agroecologia na cidade. No mais, é preciso que se compreenda que a articulação da AU varia conforme os territórios. Não existe fórmula mágica, única. É preciso identificar os desafios e potencialidades de cada local, bem como as ações que já são realizadas neles.

Como gerar engajamento é uma dificuldade que as mais diversas formas de ação coletiva devem responder. Por isso, inclusive, os intercâmbios, trocas e práticas comunicativas diversas são fundamentais. Aqui, vale o exposto acima, o que deu certo numa região pode não dar certo em outra, mas conhecer e trocar potencializa e enriquece as práticas a serem elaboradas e desenvolvidas. Mobilizar as pessoas é um grande desafio. Envolve políticas de reconhecimento, identidade, valorização da causa, necessidades, linguagem apropriada etc. Entender as muitas variáveis é um esforço necessário.

A questão de como mobilizar a juventude é algo que os movimentos em Agricultura Urbana e agroecologia também costumam se debruçar. É preciso dar-lhes a possibilidade de serem agentes, mas isso pode não ser suficiente. Na área de educação aprendemos que instigar para que o interesse surja é difícil. Flui mais facilmente quando o processo é de fato coletivo. Nesse sentido deve-se resgatar práticas

pedagógicas e os princípios freirianos podem ser grandes aliados. O contexto fica ainda mais difícil quando pensamos que muitos desses jovens sequer têm condições financeiras para circular pela cidade – e esse é outro ponto de negação do direito à cidade.

Destacamos ainda o desafio que é lidar com o poder público e governamental, que normalmente age sem buscar estabelecer relação com a sociedade civil. Presenciamos a ausência de diálogo inclusive com os conselhos gestores. Aqui, os movimentos da sociedade civil se veem tendo que encontrar estratégias que sensibilizem esses agentes. Inclusive, estar em espaços de participação auxilia a mapear quem eles são, sendo um elemento importante no momento de traçar estratégias. Nesse ponto, também se faz importante o investimento na ampliação do lastro comunicativo. A ampliação da capacidade de fazer pressão, de denunciar, de divulgar dramas e propostas podem tensionar o poder público e governamental a agir.

## 6. CONCLUSÕES

Concluimos este artigo trazendo algumas reflexões. Destacamos que a atuação em rede nos parece importantíssima. E quanto mais “nós” nessa rede, e mesmo quanto mais redes, mais os movimentos ganham em dinâmicas possíveis. Nesse sentido, no qual diferentes frentes de luta dialogam, o direito à cidade é capaz de formar uma agenda de ação (cada vez mais) inclusiva. A questão é que quanto maior o tamanho da rede mais desafios são apresentados. Por isso a necessidade dos encontros e trocas, da circulação dos sujeitos. Parece interessante que se pense com grande atenção as dinâmicas estabelecidas nesses momentos de encontro. O diálogo é uma necessidade e é preciso que se ouça, mas também que se posicione, que se argumente. É preciso que se rompa com os monopólios da fala tão corriqueiros em espaços de formação e construção. Nesse sentido, deve-se de fato encarar muito seriamente a dimensão pedagógica das ações coletivas.

As lutas pela ampliação da participação popular nos processos de tomada de decisão e mesmo pela maior eficiência/qualidade das instâncias participativas existentes devem ser levadas em conta, pois o caminho do fortalecimento da democracia é extremamente importante para as ações coletivas contra-hegemônicas. A democracia não pode ser reduzida aos pleitos eleitorais de dois em dois anos. Formas de organização e participação democrática diversas já foram experienciadas no país e na própria cidade do Rio de Janeiro e podem servir de lição. A participação política se dá de muitas formas diferentes e as possibilidades de atuação são plurais. É preciso trazer a dimensão da política para as atividades cotidianas e para o território, pois é nele que vivemos, que nos reconhecemos, que estabelecemos relações.

Cada vez mais é preciso investir na publicização das demandas e das ações. A visibilidade é também uma importante ferramenta de luta, seja para a disputa das ideias e visões de mundo, seja para mobilizar e/ou fazer pressão sobre governos – que devem ser cobrados quanto aos mecanismos de transparência e

prestação de contas. É preciso que as pessoas conheçam as atividades que são realizadas, principalmente as do próprio território, dada a centralidade que ele ocupa quando falamos da luta da Agricultura Urbana. A produção de vídeos, a circulação de fotos, encartes, as feiras, manifestações culturais e artísticas diversas são exemplos de possibilidades a serem mobilizadas para esse objetivo. A linguagem nesses casos deve ser acessível para que se estabeleça diálogo. Mesmo assim, a barreira presente pela aliança entre Capital e Estado e a assimilação de práticas de resistência pela lógica neoliberal vão continuar fortes, bem como os processos de urbanização segregadores continuarão existindo, mas é preciso resistir, como fizeram muitos que vieram antes de nós. E, por fim, reforçamos que nos parece interessante que os movimentos se articulem com outros que não necessariamente discutam o mesmo tema. A cidade será construída coletivamente e para tanto deve-se pôr em relação diferentes frentes de luta.

## REFERÊNCIAS

- Arruda, J. (2011). *Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias*. (Tese de Doutorado). Retrieved from: agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: by Juliana Arruda - Issuu
- Baptista, S. (2014). *Comunicação Oral em Redes Sociotécnicas Orientadas a Plantas Medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional*. (Dissertação de mestrado). Retrieved from: silvia\_baptista\_icit\_mest\_2014.pdf (fiocruz.br).
- Brasil (1998). *Implantação da educação ambiental no Brasil*. Coordenação de Educação Ambiental. Brasília – DF.
- ENAU Carta política elaborada no Encontro Nacional de Agricultura Urbana (2015). *Agricultura Urbana e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade*. Rio de Janeiro. Retrieved from: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-Pol%C3%ADtica-ENAU.pdf>
- Guia, E. F. (2016). *A Serra da Misericórdia como uma zona de sacrifício do Rio de Janeiro*. Em: vida social e política nas favelas, Rute Rodrigues (Org.). Brasília: Ipea.
- Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes. pp: 27-66.
- Lima, C., Baptista, S., Arruda, S., & Amâncio, C. (2019). *A Rede Carioca de Agricultura Urbana e o direito à cidade*. Em: Revista Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 14, n. 34, dez. 2019. Retrieved from: [A-rede-carioca-de-agricultura-urbana.pdf](http://A-rede-carioca-de-agricultura-urbana.pdf) (embrapa.br)
- Lunardi, V., & Mendonça, M. (2003). *Conhecendo os quintais do Loteamento Ana Gonzaga*. Rio de Janeiro. Retrieved from: <https://aspta.org.br/files/2011/05PDF..>
- Maricato, E. (2003). *Metrópole, legislação e desigualdade*. Em: Rev. Estudos Avançados, 17, (48). Retrieved from: SciELO - Brasil - *Metrópole, legislação e desigualdade* *Metrópole, legislação e desigualdade*.
- Maselli, M. (2015). *Conflitos e resistências na agricultura familiar da cidade do Rio de Janeiro*. Em: *Agriculturas*, v. 12, nº 2.
- Mattos, C., Souto, R., Walter, F. H., & Martin, G. (2017). *Território: Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Em: *Olhares agroecológicos: análise econômicoecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros* /organização: Flavia Londres, Paulo Petersen e Gustavo Martins. 1ª ed. – Rio de Janeiro: AS-PTA.
- McClintock, N. (2017). *Cultivating (a) sustainability capital: Urban agriculture, eco-gentrification, and the uneven valorization of social reproduction*. *Annals of the American Association of Geographers*.
- McClintock, N., & Darly, S. (2017). *Introduction au agriculture urbaine et ville néolibérale: perspectives critiques venues d'Europe*. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 16(2): 224-231.

Monteiro, D.; Mendonça, M. (2014). *Quintais na Cidade: a Experiência de Moradores da Periferia do Rio de Janeiro*. Em: *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 0.

Morelato, R. (2020). *A Feira Agroecológica da Serra da Misericórdia: história, sociabilidade e consumo na Zona Norte do Rio de Janeiro*. Em: *ESPM-Rio, Diálogo com a Economia Criativa*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, pp. 36-55. Retrieved from: *A Feira Agroecológica da Serra da Misericórdia | Morelato | Diálogo com a Economia Criativa (espm.br)*

Oliveira, L. (2016). *Redes e Mediadores no fortalecimento da agricultura familiar no Maciço da Pedra Branca, RJ*. (Dissertação de mestrado). Retrieved from: *Universidade Federal de São Carlos (ufscar.br)*

Pandolfi, D., & Espírito Santo, W. (2014). *Movimentos sociais urbanos e esfera pública: questões para o debate*. Em: *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados / José Sergio Leite Lopes e Beatriz Maria Alasia de Heredia, organizadores*. Rio de Janeiro: CBAE. pp: 157-186.

Prado, B. (2012). *A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: os agricultores do maciço da Pedra Branca*. (Dissertação de mestrado). Retrieved from: *2012.dissertação.Bruno-Azevedo-Prado.pdf (ufrj.br)*

Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (2011). *Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011* (institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Emprego e Inovação (2019). *Relatório da I Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural* (Teia de Comunicação em Agroecologia). Rio de Janeiro.

Rede Carioca de Agricultura Urbana (2014). *Nossos princípios*. Retrieved from: [http://agriculturaurbana.org.br/UAalliance/folheto\\_rede\\_carioca.html](http://agriculturaurbana.org.br/UAalliance/folheto_rede_carioca.html)

Silva, U. C. (2017). *Rede carioca de agricultura urbana: desafios e possibilidades na construção da agroecologia na cidade*. (Dissertação de mestrado).

Retrieved from: *RI UFPE: Rede Carioca de Agricultura Urbana: desafios e possibilidades na construção da agroecologia na cidade*

Vainer, C. (2014). *Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Seminário apresentado no 6º seminário de arquitetura e urbanismo da UFES. Disponível: <http://www.observatorioculturaecidade.ufscar.br/acervo/resenhas/cidade-de-excecaoreflexoes-a-partir-do-rio-de-janeiro/>.